



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

1

PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ

Parecer n° 020/2017

Processo Licitatório 013/2017

Cuida-se de Processo Licitatório encaminhado a esta Procuradoria Jurídica, para análise e manifestação sobre recurso administrativo interposto por MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, inscrita no CNPJ sob n° 61.074.175/0001-38, com fundamento no art. 109, I, "a" da Lei 8.666/93 e, no art. 4°, XVIII da Lei 10.520/02, no âmbito do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão (Presencial), sob n° 011/2017, para contratação de seguro para a frota de veículos oficiais da Câmara Municipal de Jataí.

Compareceram à sessão pública para processamento do Pregão Presencial n° 011/2017, realizada no dia 12 de dezembro de 2017, as empresas GENTE SEGURADORA S/A, MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A e PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

As licitantes foram classificadas em ordem crescente de valor das propostas, ficando em primeiro lugar a empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, com o valor de R\$ 5.750,00 (cinco mil, setecentos e cinquenta reais); em segundo lugar a empresa PORTO SEGUROS COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, com valor de R\$ 5.780,00 (cinco mil, setecentos e oitenta reais); e, terceiro lugar, a empresa GENTE SEGURADORA S/A, com valor de R\$ 8.176,00 (oito mil, cento e setenta e seis reais).

Tendo chegado ao conhecimento da Pregoeira e equipe de apoio pelos documentos anexados à ata de realização do Pregão, que a empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar, MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, sofrera sanção administrativa de impedimento temporário de participação em licitação e impedimento de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul pelo prazo de 06 (seis) meses e multa, aplicada pela CELIC/SEMARH, adotando o entendimento do STJ, de que a sanção de suspensão temporária impede o sancionado de licitar e contratar com toda a administração pública e não apenas com aquele órgão ou entidade aplicadora da sanção, desabilitou a empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.

Inconformada, a empresa manifestou sua intenção em recorrer pelas



seguintes razões: de acordo com o item 2.2.3 do edital 11/2017, apenas empresas inidôneas estão impedidas de participar do certame, não sendo o caso da empresa MAPFRE, uma vez que a sanção diz respeito somente ao órgão sancionador.

No dia 15/12/2017, a empresa recorrente apresentou suas razões de recurso, alegando que:

"Foi indevidamente inabilitada, sob o entendimento de que estaria impedida de participar de licitações junto à Administração Pública, por conta de penalidade aplicada, isoladamente, pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Entretanto, tal decisão não deve ser mantida, pois a penalidade aplicada pelo Estado do Rio Grande do Sul está SUSPENSA por força da decisão judicial proferida nos autos de ação anulatória de ato administrativo" (sic)

Requer:

- I. o provimento do recurso, para reformar a decisão recorrida, determinando a habilitação e adjudicação da recorrente como vencedora, a fim de contratar a proposta mais vantajosa à Administração Pública;
- II. o recebimento do recurso no efeito suspensivo; e,
- III. subsidiariamente, a revogação do procedimento licitatório.

O Recurso e suas razões foram publicadas no site oficial da Câmara em 19/12/2017.

As outras empresas interessadas não apresentaram CONTRARRAZÕES ao Recurso interposto pela MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.

É o relatório.

Em consulta ao site oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, processo eletrônico nº 9058354-07.2017.8.21.0001, que tramita na 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Alegre, verifico que a recorrente obteve o deferimento parcial de seu pedido de antecipação de tutela, apenas para que seja suspensa a sanção administrativa de impedimento temporário de participação em licitação e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul pelo prazo de 06 meses, documento em anexo.

Dessa forma, a decisão de inabilitação da empresa recorrente em virtude da sanção administrativa de impedimento temporário de participar em licitação, deve ser reconsiderada pela pregoeira e equipe de apoio, uma vez que suspensa judicialmente a penalidade, suspenso estão seus efeitos.



Câmara Municipal de Jataí

3

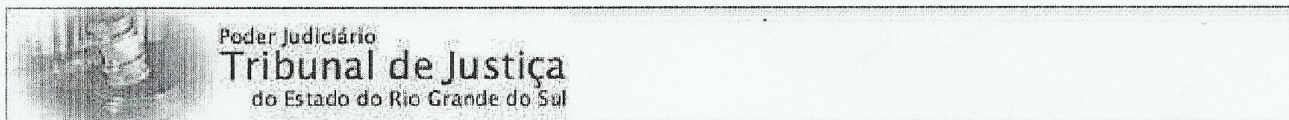
O Poder Que Vem do Povo

Assim a empresa recorrente MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, deve ser considerada habilitada e declarada vencedora do certame, uma vez que apresentou o menor preço.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 26 de dezembro de 2017.


Renata Silva Oliveira
Procuradora Geral

**Consulta de 1º Grau**

Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul



Imprimir

Processo Cível **Número CNJ:** 9058354-07.2017.8.21.0001  (PROCESSO ELETRÔNICO)

Tutela Antecipada Antecedente

Liminar :: Competência de Fazenda Pública Segredo de Justiça: Não Tramitação preferencial-Idoso: Não

Comarca: Porto Alegre**Órgão Julgador:** 5ª Vara da Fazenda Pública : Juizado 2 / Dra. Gloconda Fianco Pitt (Foro Central)**Data da Propositura:** 07/12/2017**Situação do Processo:** Verificar Providências**Partes:****Nome:**

Mapfre Seguros Gerais S/A

Advogado:

Giuliano Pretini Bellinatti

Nome:

Estado do Rio Grande do Sul

Designação:

Requerente

OAB:

SP 248497

Designação:

Requerido

Últimas Movimentações:

12/12/2017 JUNTADA DE PETICAO DE Petição (outros)
13/12/2017 CONCEDIDA EM PARTE A MEDIDA LIMINAR
13/12/2017 EXPEDIÇÃO DE Termo de Citação por Meio Eletrônico - Estado do Rio Grande do Sul
14/12/2017 DISPONIBILIZADO NO DJ ELETRONICO
18/12/2017 JUNTADA DE Informação

Ver Leilões

Última atualização: 18/12/2017

Data da consulta: 19/12/2017**Hora da consulta:** 10:27:20

Copyright © 2003 - Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul - Departamento de Informática

**Consulta de 1º Grau**

Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul

Número do Processo: 9058354-07.2017.8.21.0001

Comarca: Porto Alegre

Órgão Julgador: 5ª Vara da Fazenda Pública : Juizado 2 / Dra. Gioconda Fianco Pitt (Foro Central)

**Notas de Expediente:**

Cód/Ano	Data	Texto
6173/2017	15/12/2017	<p>9058354-07.2017.8.21.0001(CNJ) - Mapfre Seguros Gerais S/A (Giuliano Pretini Bellinatti 248497/SP, Lucas Augustus Alves Miglioli 174332/SP) X Estado do Rio Grande do Sul. Vistos.Trata-se de ação anulatória de ato administrativo com pedido liminar ajuizado por MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A em face do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, buscando, em sede liminar, a suspensão da sanção administrativa de impedimento temporário de participar de licitação e contratar com o Estado do Rio Grande do Sul pelo prazo de 06 meses, além da multa pecuniária de R\$ 3.123,87. Sustentou ter sido surpreendida com o Expediente PROA nº 17/2400-0002852-0, instaurado pela Central de Licitações (CELIC), através da Diretoria de Gestão e Contratos (DGCON/CELIC), a fim de apurar a conduta da autora pela Equot;não manutenção da propostaEquot; nos Pregões Eletrônicos 465/15, 500/15 e 0357/2017. Alegou que não há motivo para tal apenação, visto que não ocorreu falta na manutenção da proposta, mas sim simples inabilitação, em face da não apresentação de documentos em tempo hábil. Sustentou que não houve prejuízo da Administração Pública, haja vista que os objetos licitados acabaram sendo adjudicados pelas empresas classificadas e que ficaram em segundo ou terceiro lugares, dependendo do pregão eletrônico. Discorreu sobre os inúmeros contratos administrativos em vigor e o prejuízo que a penalidade trará para a empresa. Disse que a penalidade aplicada é desproporcional e desarrazoada, devendo ser suspensa.É o sucinto relatório.Decido.Para a concessão de tutela antecipada de urgência, faz-se necessária a presença dos requisitos elencados no art. 300 e seus parágrafos do novo Código de Processo Civil, entre eles, a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.Analisando a prova documental coligida nos autos, depreende-se que a empresa autora sagrou-se vencedora nos Pregões Eletrônicos nº 465/2015, 500/2015 e 0357/2017, porém não enviou a documentação descrita no edital dentro do prazo lá estabelecido para sua habilitação. Por conta da ausência de entrega dos referidos documentos, a demandante culminou por ser inabilitada dos certames, sendo os lotes adjudicados pela terceira colocada no PE nº 465/2015 (Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais)e PE nº 500/2015 (Gente Seguradora S/A)e pela segunda colocada no PE nº 0357/2017 (Gente Seguradora S/A).Outrossim, procedendo à leitura dos Editais do Pregão Eletrônico nº 465/2015 e do Pregão Eletrônico nº 500/2015, que são idênticos, verifica-se que a cláusula 16 do instrumento expressamente prevê a cominação de sanções administrativas aos licitantes, in verbis:Equot;16. DAS PENALIDADES16.1.No caso de infringência aos regramentos deste certame, uma vez não sendo consideradas satisfatória a justificativa apresentada pelo licitante, ser-lhe-ão aplicadas penalidades em relação à sua participação em licitações, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como no Decreto Estadual nº 42.250/2003,e art. 28 da Lei Estadual nº 13.191/99, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados.16.2. Advertência por escrito;16.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o(s) valor(es) da proposta, nos casos do(s) licitante(s) vencedor(es) que chamado(s) para assinar o contrato, não comparecer(em), podendo a CELIC convocar o(s) licitante(s) remanescente(s), respeitada a ordem de classificação, e promover contra o licitante faltoso a competente ação civil para ressarcir o Estado dos prejuízos causados;16.4. Suspensão, sendo descredenciado e ficando impedido de licitar e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul,pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, o licitante que:a) convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato;b) deixar de entregar documentação exigida neste edital;c) apresentar documentação falsa;d) não mantiver a proposta;e) comportar-se de modo inidôneo;f) Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.Equot;Igualmente é mencionado no Edital do Pregão Eletrônico nº 0357,cláusula 21, as referidas sanções administrativas:Equot;21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS21.1.O licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e será descredenciado do cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5(cinco) anos, sem prejuízo de multa, e demais cominações legais, nos seguintes casos:21.1.1. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;21.1.2. deixar de entregar a documentação exigida no certame;21.1.3. apresentar documentação falsa;21.1.4. não mantiver a proposta;21.1.5. cometer fraude fiscal;21.1.6. comportar-se de modo inidôneo.Equot;Como já mencionado, em todos os certames a autora deixou de apresentar documentação exigida nos respectivos editais.Importante referir que os editais não discriminam expressamente em quais proporções serão sancionadas as suspensões e impedimentos, dando margem à discricionariedade da CELIC nos atos praticados. Contudo, deve-se frisar que existe legislação estadual específica que regula a matéria acerca da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.Dispõe a Lei Estadual nº 11.389/99, que trata do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual, em seu art. 6º:Art. 6º - Não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pelo</p>

fornecedor,deverá ser aplicada ao mesmo, sem prejuízo das demais sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de: I - três (3) meses para os casos dos incisos V e VI do artigo 3º; II quatro (4) meses para os casos do inciso I do artigo 3º; III seis (6) meses para os casos dos incisos II, III e IV do artigo 3º. Como a penalidade imposta à empresa autora foi de 6 meses, incidiria nas hipóteses do inciso III, do art. 6º, no que se refere ao prazo. Entretanto, mostra-se ilegal nos quesitos que se caracterizam com descumprimento da obrigação contratual. O mencionado artigo 3º resta assim disposto: Art. 3º - São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial de obrigação contratual, dentre outras:(...) II o retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de fornecimento de bens ou de suas parcelas; III a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento do bem, sem justa causa e prévia comunicação à Administração; IV a entrega, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso; “No caso em tela, ao que tudo indica, a autora tão somente deixou de entregar documentação exigida nos editais nos prazos lá estabelecidos, sendo inabilitada dos certames, sem que houvesse maiores prejuízos à Administração Pública, haja vista que os objetos foram adjudicados por outras empresas. Em consequência, em sede de antecipação de tutela, entendo que a sanção imposta à autora é desproporcional e desarrazoada, devendo ser suspensa até o julgamento final da demanda, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade, que deve reger a Administração Pública, com fulcro no caput do artigo 37 da Constituição Federal. Já no que se refere ao perigo de dano, o prazo de não licitar estabelecido na via administrativa causará grande prejuízo financeiro à empresa. Por outro lado, não há que se contestar a multa proposta, uma vez que a empresa autora não compareceu com a entrega de documentos no momento oportuno (item 16.3 - fl. 60), desrespeitando os ditames dos mencionados editais. Diante do exposto, em face da presença dos elementos insculpidos no artigo 300 do NCPC, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de antecipação de tutela, apenas para que seja suspensa a sanção administrativa de impedimento temporário de participação em licitação e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul pelo prazo de 06 meses, sendo que, no que se refere à multa cominada, vai indeferido pedido. Cite-se. Intimem-se. Dil. legais.

Data da consulta: 19/12/2017

Hora da consulta: 10:28:42

Copyright © 2003 - Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul - Departamento de Informática



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
do Estado do Rio Grande do Sul

Consulta de 1º Grau

Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul

Número do Processo: 9058354-07.2017.8.21.0001

Comarca: Porto Alegre

Órgão Julgador: 5ª Vara da Fazenda Pública : Juizado 2 / Dra. Gioconda Fianco Pitt (Foro Central)

**Movimentações:**

18/12/2017 JUNTADA DE Informação
14/12/2017 DISPONIBILIZADO NO DJ ELETRONICO
13/12/2017 EXPEDIÇÃO DE Termo de Citação por Meio Eletrônico - Estado do Rio Grande do Sul
13/12/2017 CONCEDIDA EM PARTE A MEDIDA LIMINAR
12/12/2017 JUNTADA DE PETICAO DE Petição (outros)
07/12/2017 CONCLUSOS PARA DESPACHO
07/12/2017 JUNTADA DE PETICAO DE Guia(s) de Custas
07/12/2017 PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE
07/12/2017 DISTRIBUÍDO POR SORTEIO

Data da consulta: 19/12/2017

Hora da consulta: 10:26:24

Copyright © 2003 - Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul - Departamento de Informática